



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina



Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**A Formação de Quadros Angolanos no Exterior: Estudantes Angolanos em
Portugal e no Brasil**

Ermelinda Sílvia de Oliveira Liberato

Junho de 2011



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Comunicação a ser apresentada no XI CONLAB – Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, em Salvador da Bahia, 7 a 10 de Agosto de 2011

Resumo

No presente trabalho desenvolver-se-á uma breve análise dos resultados do trabalho de campo realizado em Angola sobre a formação superior dos angolanos que partem para o estrangeiro destacando-se a escolha de Portugal e do Brasil como destino.

Serão analisados os motivos que levam os estudantes a partirem, o papel da família, o factor económico, as redes sociais, a importância que atribuem à posse de capital escolar, bem como o posterior regresso a Angola e a inserção no mercado de trabalho. Esta análise será inserida numa análise mais ampla sobre o desenvolvimento do ensino em Angola, em particular do ensino superior (público/privado).

Palavras-chave: Educação, Ensino Superior, Angola, Portugal, Brasil, Investimento Familiar



Introdução

A República de Angola tem desenvolvido, nos últimos anos, esforços significativos no âmbito da sua política educativa. Findo o conflito armado, a reconstrução nacional figura como principal objectivo. Essa tarefa, passa não só pela reconstrução das infra-estruturas como também pelo desenvolvimento humano em todas as suas vertentes. Para o efeito, requerem-se recursos humanos qualificados, essenciais ao desenvolvimento de qualquer sociedade.

Com a independência, Angola herdou um sistema educativo socialmente selectivo. De acordo com os dados do Ministério da Educação de Angola em 1975 mais de 85%¹ da população angolana era analfabeta. O êxodo da maioria dos quadros e técnicos que o país dispunha só veio aumentar a carência de recursos humanos qualificados.

Por outro lado, a instabilidade que o país conheceu durante muitos anos não tornou possível o investimento no sector educativo, sendo o envio de estudantes para exterior o caminho escolhido pelos governantes angolanos.

Se por um lado a independência incentivou a procura de formação escolar em todos os níveis de ensino e sobretudo dentro do país, o posterior agravamento do conflito armado, em 1992, multiplicou essa procura além das fronteiras angolanas, com especial enfoque para os rapazes que procuravam uma alternativa melhor àquela que se lhes apresentava: o serviço militar obrigatório.

As recentes reformas que foram introduzidas no sector educativo, bem como a expansão de estabelecimentos de ensino superior público resultam não só da elevada procura que está associada ao recente crescimento económico, como igualmente do reconhecimento, por parte dos governantes angolanos, da importância da formação de quadros para o desenvolvimento do país e conseqüente melhoria das suas condições de vida.

Contudo, essa expansão é ainda muito recente e o seu processo ainda em curso levanta muitas dúvidas quanto á sua qualidade e estabilidade, o que faz com que a procura da educação no exterior seja ainda muito elevada.

¹ Histórico do Ministério da Educação de Angola, disponível no endereço www.med.gov.ao (acedido a 10/02/2011)



Este texto pretende contribuir com algumas reflexões acerca do actual panorama do ensino superior em Angola, e dos estudantes angolanos que partem para o exterior, com especial enfoque para os estudantes que partem para Portugal com relação com os estudantes que partem para o Brasil. Procurar-se-á compreender como é feita a escolha do país de destino, bem como as estratégias económicas, e sociais, que são estabelecidas e que permitem a partida e a permanência num país estrangeiro. Ainda que o enfoque seja na escolha de Portugal, usar-se-á como comparação a recente procura do Brasil para a frequência deste nível de ensino.

Neste sentido, pretende-se discutir os seguintes temas:

- Os contextos familiares e as condições económicas e sociais que definem a eleição do país de destino;
- O Processo de adaptação aos países de destino;
- A posse de capital escolar e a forma como é reproduzida ou não no seio familiar;
- A forma como os estudantes e respectivas famílias representam o ensino superior e a experiência de passagem por Portugal e pelo Brasil e a influência que essa representação tem na sua escolha;

Procurar-se-á também caracterizar o enquadramento dos estudantes no mercado de trabalho aquando do seu regresso a Angola, as suas expectativas, o papel da família na sua reintegração na sociedade angolana, bem como a ligação quer a Portugal quer ao Brasil que passará inevitavelmente pela manutenção das redes sociais aí estabelecidas.

Os resultados do trabalho de campo realizado em Luanda e em Portugal permitirão sustentar a análise dos temas sintetizados nesta apresentação.



1. METODOLOGIA

Os dados aqui apresentados baseiam-se no trabalho de campo efectuado em Luanda integrado no projecto de investigação “Formação Superior e Desenvolvimento: Cooperação Portuguesa com os PALOP - PTDC/AFR/099057/2008”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Esse trabalho de campo foi realizado em duas fases. Na primeira, decorrida nos meses de Junho, Julho e Agosto de 2010 procedemos à realização das entrevistas aos ex-estudantes que realizaram a sua formação superior no exterior, nomeadamente, em Portugal ou no Brasil e que estão hoje integrados no mercado de trabalho. A segunda fase, decorrida em Dezembro de 2010 e Janeiro de 2011 foi dedicada á recolha de dados estatísticos, nomeadamente, dados do INABE e da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Toda a investigação que pressupõe trabalho de campo, exige antes de mais a sua fundamentação bem como a escolha dos métodos e técnicas de investigação que à partida parecem mais pertinentes para a concretização dos objectivos inicialmente traçados. Tendo em conta o objectivo do trabalho, e os meios disponíveis, foram utilizados essencialmente métodos de natureza qualitativa, uma vez que estes permitem obter dados descritivos mediante o contacto directo do investigador com o objecto de estudo.

A técnica de recolha de informação escolhida foi a entrevista semi-estruturada com base num guião pois esta permite que o “entrevistador conheça todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixados ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista” (Ghiglione et. al. 1992:64).

Por outro lado, em Luanda procedeu-se à recolha de material bibliográfico e fontes secundárias que se revelaram úteis à investigação, nomeadamente a documentação relativa à Universidade Agostinho Neto e ao ensino superior em Angola, Relatórios do PNUD/Angola e dados estatísticos do INABE.

Uma vez que se tratava de um estudo exploratório a amostra construiu-se de acordo com a disponibilidade dos entrevistados em realizarem a entrevista, assim como da disponibilidade dos mesmos em fornecerem contactos de outros ex-estudantes que viveram a mesma experiência. Com excepção de um entrevistado,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

todos residem na província de Luanda e, apesar das dificuldades de deslocação² manifestaram disponibilidade para a realização das entrevistas.

No total foram entrevistados 22 ex-estudantes, dos quais 14 estudaram em Portugal e 8 estudaram no Brasil. Com base nestas entrevistas serão analisadas as condições de partida, a permanência, o retorno a Angola bem como a inserção no mercado de trabalho. Por outro lado, os diversos constrangimentos que Angola tem passado faz com que os angolanos tenham perspectivas diferentes do país, de acordo com a sua vivência, o que nos permitiu caracterizar os entrevistados em três grupos diferentes. O primeiro grupo (G1), ao qual atribuímos a expressão “mais velhos”, é constituído por indivíduos que têm entre 50-65 anos, uma geração que tem parte de um passado vivido sob o regime colonial e que viveu intensamente o período pós-independência. O segundo grupo (G2), denominados “jovens”, com idades compreendidas entre os 28-40 anos, corresponde maioritariamente aos jovens que saíram de Angola no período pós-eleições legislativas (1992) e que partiu a procura de uma alternativa melhor que Angola oferecia. O terceiro e último grupo (G3), “mais jovens”, com idades compreendidas entre os 20-28 anos, não têm memórias dos acontecimentos anteriores a 1992, cresceram numa Angola multipartidária e partiram para o exterior com o único objectivo de realização da formação superior.

² As dificuldades de deslocação sentidas não só as investigadoras como também dos entrevistados que, apresentam dificuldades de deslocação devido ao trânsito intenso que se regista naquela cidade. De realçar que a maioria dos entrevistados reside nos arredores da cidade de Luanda mas trabalha na baixa da cidade, enfrentando por vezes mais de 3 horas de trânsito para chegarem ao local de trabalho e posteriormente o mesmo tempo para regressarem a casa, sendo que muitos chegam a sair de casa por volta das 5 da manhã e só retornam a casa por volta das 22 horas.



Caracterização do Ensino Superior em Angola

Até 1963, data da criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola, Portugal foi o espaço hegemónico de formação superior dos estudantes angolanos. Com efeito, “Portugal mostrava-se hostil à criação de qualquer instituição de ensino superior com receio da insurgência que daí poderia resultar, desenvolvendo uma política de manter na maior ignorância os povos africanos, não fossem eles despertar para ambições inconvenientes” (Lara 1999:35), seleccionando apenas uma minoria que desse posteriormente continuidade aos ideais do colonialismo.

A necessidade de prosseguir os estudos em Portugal constituía uma obrigação para aqueles que ambicionavam uma formação superior. Estes estudantes que vinham para Portugal faziam parte de uma pequena elite que beneficiava desse privilégio, uma vez que a família tinha que custear a maior parte dos gastos, com excepção de um número muito pequeno de bolseiros de instituições, sobretudo religiosas. Por outro lado, no regresso ao país de origem, estes estudantes formados ascendiam socialmente uma vez que eram uma minoria num país onde a “escolaridade não atingia o universo das crianças em idade escolar: no final dos anos 50 a percentagem dos jovens em idade escolar que recebiam instrução escolar era de 8% e no ano lectivo de 1970-71 era de 53,43%” (Mateus, 1999:27).

A criação dos Estudos Gerais Universitários em Angola parte assim não só do crescente interesse pelo mundo académico, como também da necessidade de formação de quadros superiores

“ a fim de Angola passar a dispor de condições que lhe permitissem formar os técnicos e agentes qualificados das actividades básicas, indispensáveis para promover o desenvolvimento económico e social do território e que as universidades da metrópole não se mostravam capazes de fornecer, em tempo útil nem na qualidade desejável” (Soares 2004:2)

Para o efeito foram criados cinco centros de estudos universitários distribuídos por Luanda (arte e medicina), Sá da Bandeira (educação) e Nova Lisboa (agronomia e veterinária) pelo que “em 1963 estas faculdades eram frequentadas por 314 alunos, e em 1966 já havia cerca de 600, sendo a grande maioria branca” (Henderson, 1990: 342). A criação dos estudos gerais universitários em Angola fez “diminuir de forma drástica o número de estudantes africanos em Portugal” (Rocha 2009: 92) e visava a



criação de condições que permitissem a formação de técnicos e agentes qualificados locais indispensáveis para a promoção do desenvolvimento económico e social do país.

No entanto, de acordo com o Anuário Estatístico Ultramarino, o número de estudantes africanos a frequentarem o ensino superior na metrópole não parou de crescer

Anos	Univ. Lisboa	Univ. Tec. Lisboa	Univ. Coimbra	Univ. Porto	Totais
1945/46	289	208	99	92	658
1946/47	292	208	112	83	695
1947/48	304	192	132	83	711
1948/49	325	172	160	82	739
1949/50	374	157	170	79	780
1950/51	384	151	187	84	806
1951/52	387	213	233	95	928
1952/53	411	181	239	94	925
1953/54	454	192	265	99	1010
1954/55	463	194	278	117	1052
1955/56	458	204	298	136	1096
1956/57	454	218	320	157	1149
1957/58	500	238	328	166	1232
1958/59	567	262	336	178	1343
1959/60	567	300	457	190	1516
1960/61	607	335	528	214	1684
1961/62	672	397	361	207	1637
1962/63	667	441	485	232	1825
1963/64	670	412	448	161	1691
1964/65	808	498	457	133	1896
1965/66	832	512	467	172	1983
1966/67	860	531	476	222	2089
1967/68	940	569	466	230	2205
1968/69	1021	609	459	240	2329
1969/70	1125	660	442	290	2517
1970/71	1284	662	387	266	2599
1971/72	1131	697	374	221	2423
1972/73	1294	747	344	206	2641
1973/74	1385	711	429	271	2596
TOTAIS	16 355	10 905	9 922	4 824	45 076

Quadro nº 1: Alunos das Colónias Inscritos nas Universidades Portuguesas (1945/1974)
Fonte: Anuário Estatístico Ultramarino (Citado por Mateus, Dalila (1999: 221))

Como podemos observar pelo quadro às vésperas das independências, encontravam-se em Portugal 2596 estudantes africanos, destacando-se a concentração dos mesmos em Lisboa, sobretudo na Universidade de Lisboa com 1385 estudantes, registando-se o número mais baixo na Universidade do Porto com 271 estudantes.

A Formação Superior Depois da Independência

Depois da independência, a educação atinge uma nova dimensão e é vista como um instrumento social de reunificação, de unidade e de identidade nacional. O sistema de ensino foi nacionalizado, a Universidade de Luanda (designação atribuída em 1968) foi transformada em Universidade de Angola (1976) e posteriormente designada por



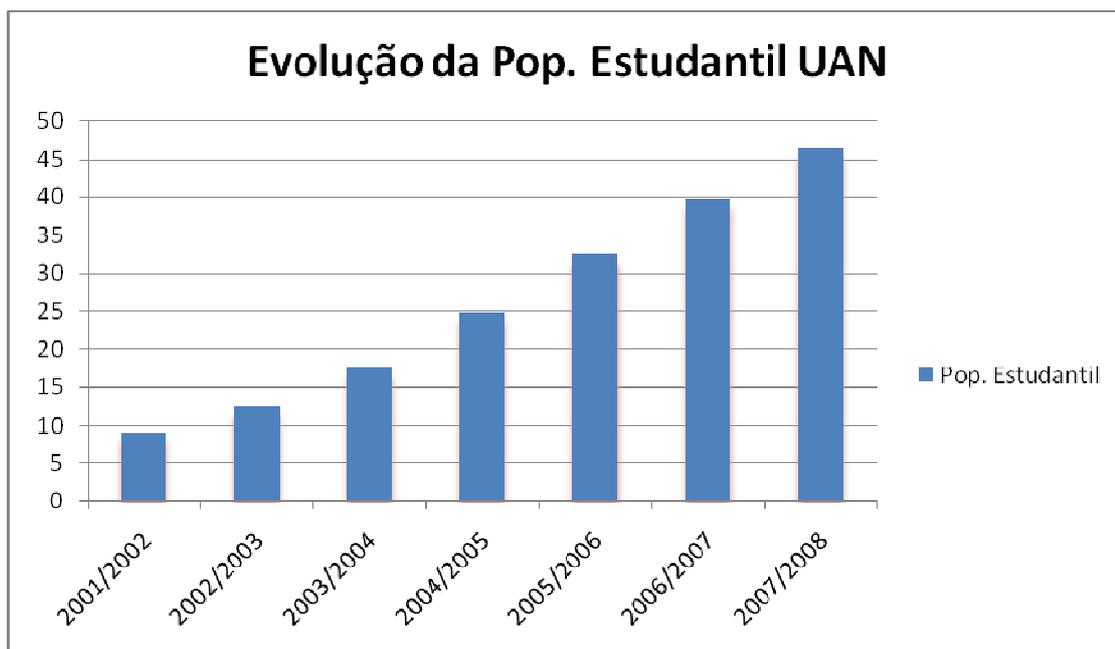
Universidade António Agostinho Neto (1985), em homenagem ao primeiro presidente da república e igualmente primeiro reitor da referida instituição.

Desde o início que a Universidade Agostinho Neto se debateu com dificuldades de funcionamento, sobretudo no que respeita aos lugares vagos deixados pelos professores portugueses que saíram de Angola. A instabilidade política³ que se vivia na altura não despertou o interesse espontâneo de professores estrangeiros tendo-se recorrido aos professores vindos dos países politicamente aliados (Cuba e União Soviética) o que, à partida, condicionou a integração de alunos e professores dada a barreira linguística.

Com o passar dos anos, outras debilidades foram surgindo tais como o aumento galopante do número de alunos que a instituição não conseguia suportar, a falta de instalações e outras infra-estruturas bem como a falta de material didáctico, salários pouco atractivos, “ausência de políticas públicas de regulação, condicionantes que foram agravando a situação do ensino superior, sendo cada vez menor o número de alunos que conseguia concluir a licenciatura no tempo estipulado, levando cerca de três vezes mais do que o tempo normal de estudos” (Kajibanga: 2000: 10/11).

A alteração política ocorrida na década de 1990, com a adopção do liberalismo económico e do sistema político democrático que veio substituir o anterior regime permitiu a criação de instituições de ensino superior privadas bem como o alargamento de instituições de ensino superior público às restantes províncias de Angola.

³ A economia de Angola ressentiu-se com o intensificar do conflito armado uma vez que a maior parte do orçamento do estado passou a ser canalizada para a defesa do país, a cobrança de impostos foi reduzida, traduzindo-se numa diminuição das receitas fiscais. Com uma economia centralizadora, vários sectores da sociedade ficaram condicionados, a qualidade do ensino foi decaindo, assim como a sua expansão para o resto do país.



Quadro nº2 Evolução da População Estudantil

Fonte: Livro do Finalista 2007/2008 (2008), UAN, Luanda

Esse aumento deve-se a uma maior procura desse nível de ensino uma vez que os jovens já não estão à partida condicionados pelo serviço militar obrigatório, abrindo possibilidades de exercerem uma actividade profissional fora desses domínios. Por outro lado, o fim do conflito armado e a abertura do país a uma economia de mercado trouxe uma maior exigência nas qualificações das ofertas de emprego.

Assim, em 1997 é criada a Universidade Católica, seguida em 1999 pela Universidade Lusíada e o Instituto Superior Privado de Angola e pela Universidade Jean Piaget de Angola em 2000, a que se seguiram outras instituições como Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (2002), Universidade Privada de Angola (2000), Universidade Independente de Angola (2004), Universidade Gregório Semedo (2007), Universidade de Belas (2007), Universidade Óscar Ribas (2007), Universidade Metodista de Angola (2007), Universidade Técnica de Angola (2007), Instituto Superior Técnico de Angola (2007), entre outras.

No entanto, esse aumento da oferta de formação superior dentro do país não fez diminuir a procura de formação no exterior. Essa procura de um diploma superior no estrangeiro deve-se em primeiro lugar a uma valorização que é dada não só pelas empresas que operam no mercado angolano, que duvidam da eficiência do ensino superior no país, como da sociedade que valoriza tudo o que vem de fora, tornando-se



um objectivo para qualquer jovem angolano, não só pela possibilidade de poder estar em contacto com outras culturas que lhe proporcionarão uma aprendizagem mais enriquecida (formação), como, aquando do regresso a Angola, terá melhor aceitação na sua procura de emprego (qualificação).

Essa procura vai-se estender a uma classe média emergente que aspira a uma ascensão social através dos seus descendentes. Regista-se um fenómeno de reprodução familiar na opção de realizar os estudos superiores no estrangeiro pois são os filhos dos novos governantes que por sua vez estudaram, na sua maioria, no exterior, quem mais beneficia desse privilégio.

As alterações políticas registadas na África do Sul com a queda do Apartheid permitiram a reaproximação dos dois países, permitindo o fluxo migratório. Muitos estudantes angolanos optaram por este destino devido à sua proximidade geográfica, o que minimiza os custos económicos das famílias, bem como a aprendizagem da língua inglesa, entendido como uma mais valia na formação e posterior integração no mercado de trabalho

“Partimos para o exterior logo depois de 1992. Nós fomos para a África do Sul por causa do Inglês. Na altura a maioria ia para a África do sul. Era mais barato e mais perto e ainda tínhamos a vantagem da língua.” (Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, 33 anos)

“Fui para a África do Sul fazer o secundário mas depois a insegurança aumentou muito e os meus pais tiveram medo e regressamos a Angola. Só depois é que fui para Portugal para fazer a licenciatura” (Licenciada em Psicologia Organizacional, 27 anos)

No entanto, o número de estudantes angolanos em instituições de ensino superior portuguesas foi aumentando ao longo dos últimos anos. Como podemos observar pelo quadro nº 3, número de estudantes angolanos inscritos nas universidades portuguesas passou de 2028 no ano lectivo 1997-1998 para 4648 no ano lectivo 2007-2008, registando-se um aumento na ordem dos 43%.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Área de educação e formação	1997-1998	1998-1999	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008
Educação	174	100	136	328	178	166	96	82	174	118	79
Artes e Humanidades	111	137	157	111	144	133	178	237	243	306	284
Ciências Sociais, Comércio e Direito	875	994	1117	1257	1708	1796	2102	2622	2563	3174	3113
Ciências, Matemática e Informática	129	145	102	155	171	220	258	297	250	305	315
Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	347	362	373	456	487	523	555	514	467	479	487
Agricultura	104	47	48	40	76	60	58	47	21	18	35
Saúde e Protecção Social	148	174	185	216	279	271	245	309	289	293	200
Serviços	144	149	140	148	170	176	130	111	89	99	135
TOTAL	2 328	2 111	2 258	2 711	3 183	3 367	3 827	4 259	4 118	4 794	4 648

Quadro nº 3: Alunos Nacionais de Angola Inscritos nas Universidades Portuguesas por área de Educação e Formação (CNAEF), 1997-2008 a 2002-2008

Fonte: “Relatório Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Cooperação Entre Portugal e a CPLP” Disponível no endereço www.gpearl.mctes.pt (acedido a 10/02/2011)

Destacam-se a área das Ciências Sociais, Comércio e Direito como a área de formação mais procurada com 3113 alunos no ano lectivo de 2007/08 contra 875 em 1997/98, seguido da área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção com 487 alunos inscritos.

Em contrapartida, a área da Educação (Ciências da Educação) e a Agricultura são as áreas que registam menos inscritos, com 79 e 35 respectivamente. O pouco interesse registado na área da agricultura poderá estar ligado ao atraso que este sector ainda regista em Angola, apresentando-se pouco atractivo (agricultura de subsistência), condicionando a entrada imediata no mercado de trabalho. Em relação à área da educação, sector igualmente muito carenciado e com graves carências de infra-estruturas, o que a partida condiciona a escolha dos candidatos, representa a área com mais oferta de formação em Angola.⁴

No entanto, o número de estudantes angolanos em instituições portuguesas tem conhecido um decréscimo significativo nos últimos anos, como podemos constatar pelos dados disponibilizados pelo Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior

⁴ A falta de professores no período pós-independência levou à criação de Escolas de Formação de Professores, posteriormente designadas de Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), em várias províncias de Angola, nomeadamente em Luanda, Lubango, Benguela, Huambo, Cabinda e Uíge. Actualmente, as novas regiões académicas também leccionam cursos de formação de professores, aumentando a oferta formativa.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Continentes	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09
África	Angola (1 231)	Angola (2 554)	Cabo Verde (915)	Cabo Verde (950)
	Cabo Verde (982)	Cabo Verde (1 258)	Angola (800)	Angola (940)
	Moçambique (402)	Moçambique (309)	Moçambique (211)	Moçambique (275)

Quadro Nº 4: Evolução do número de inscritos no 1º ano pela 1ª vez, de nacionalidade estrangeira pelos principais países de nacionalidade

Fonte: Relatório vagas e Inscritos no Ensino Superior 2000-2001 a 2008-2009, Disponível no endereço www.gpeari.mctes.pt (acedido a 10/02/2011).

O Investimento Familiar

A incapacidade do Estado Angolano em dar resposta às inúmeras solicitações de bolsas de estudo para o exterior levou às famílias a fazerem um investimento pessoal na formação dos seus descendentes. Assim sendo, a família assume uma vez mais o seu papel enquanto entidade e organiza-se de modo a conseguir enviar os seus descendentes para o exterior.

A família como entidade surge assim como o elemento fundamental de todo o processo (preparação, partida, manutenção e posterior regresso) por que passam os estudantes que partem para o exterior pois é ela que funciona como o amortecedor nas situações mais complexas uma vez que se trata de um processo que implica mudanças culturais, sociais, familiares mas sobretudo económicas.

“Quando fui estudar para Lisboa levei comigo a minha mulher e os meus filhos para os miúdos terem melhores oportunidades de estudar. Como o valor da bolsa era muito baixo e não dava para suportar a estadia da família toda tive que arranjar maneira de ter uma fonte de rendimento extra. A solução passou por alugar a nossa casa e depois outras soluções foram encontradas conforme as dificuldades iam surgindo” ((Mestre em Ciências Jurídicas, Políticas e Económicas, 60 anos, reformado)

“eu fui pai aos 17 anos e o meu filho ficou comigo desde que nasceu. Foi a minha mãe que me ajudou com tudo. Quando fui para Portugal estava descansado porque a minha mãe ia cuidar do meu filho como sempre cuidou. Se não essa ajuda nunca teria conseguido porque não estava descansado. Tinha uma responsabilidade. E isso devo muito aos meus pais” (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos, consultor de segurança)



É no seio da família, enquanto entidade, onde se orientam as práticas e onde se organizam as dinâmicas económicas, sociais e culturais, que se define a aplicação dos recursos de modo a que os membros enfrentem a situação em que se encontram uma vez que a estadia no estrangeiro pressupõe a posse de recursos económicos bem como a mobilização dos mesmos.

Os entrevistados salientaram sobretudo o papel desempenhado pela mãe, afirmando ter sido ela a maior impulsionadora em relação a sua partida para o exterior uma vez que foi ela que muitas vezes deixou o seu emprego para ajudar os filhos, pelo menos num período inicial

“Eu e o meu irmão fomos para Portugal porque o meu estava lá também a estudar. A minha mãe pediu uma licença no emprego dela e foi também. Quando o meu pai acabou ele regressou a Angola, mas a minha mãe continuou connosco. Passado um tempo mandaram-me apresentar-se ao serviço, ela veio mas passado pouco tempo pediu nova licença alegando motivos de saúde, só para estar ao pé de nós. Ela privou-se da vida dela para ajudar os filhos” (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

“a minha mãe aqui em Angola era professora de história e quando fomos para Portugal ela foi trabalhar como empregada” (Licenciada em Gestão, 22 anos)

Para outros, o facto de terem deixado a família em Angola, nomeadamente a esposa e os filhos, serviu de incentivo para concluírem a formação bem como o principal motivo para o seu posterior regresso

“Quando fui para Portugal a minha mulher e os meus filhos ficaram no Lubango. Eu usava a cabine telefónica para falar com eles. Eu só queria terminar a minha formação para regressar para junto deles. Nunca pensei em ficar lá. Eu sabia que a guerra estava para terminar brevemente” (Doutorando em Ciências da Educação, 60 anos)

“Eu fui para Lisboa com uma bolsa do ministério. A minha esposa e as minhas filhas ficaram aqui em Luanda. O dinheiro da bolsa não dava para irmos todos e elas estavam a estudar bem. Fiquei em Lisboa quatro anos e até terminar a licenciatura não vim a Angola nem de férias, nem as minhas filhas me foram visitar. O dinheiro não dava. Por isso meti na cabeça que tinha que terminar rapidamente para voltar para o pé delas” (Licenciado em relações Internacionais, 50 anos)



Esse aumento da função e responsabilidade assumida pela família tem conduzido a uma alteração da sua constituição enquanto entidade, tornando-se mais nuclear e individualista em busca de um projecto de vida mais ao estilo europeu

“Embora aqui em Angola a família seja muito grande porque não podemos nos esquecer de ninguém, para mim a família são os meus pais, irmãos, a minha mulher e os meus filhos”
(engenheiro civil, 35 anos)

“A minha família são os meus irmão, a minha mãe e o meu pai. O meu pai segue a cultura bakongo mas eu não. (Licenciada em Gestão, 22 anos)

Essa situação verifica-se sobretudo nos meios urbanos e nos indivíduos pertencentes à G2 e a G3. Quanto aos indivíduos pertencentes à G1 o conceito de família é mais alargado

“Eu e os meus irmão fomos criados pelo meu tio. O meu pai também criou outros sobrinhos. Neste momento, a minha família são os meus filhos, a minha mulher, os meus sobrinhos, os meus primos e os meus tios. Eu sigo o sistema matrilinear e também estou a criar os meus sobrinhos. É uma família muito grande” (Doutorado em Ciências da Educação, 60 anos)

A família como entidade encontra-se dividida entre a tradição (alargada) e a modernidade (nuclear) condição que se reflecte nos valores e nas normas que transmitem aos seus filhos. Se por um lado estão a perder a influência da tradição, por outro, não conseguem compensar essa perda com a aquisição de outros valores, mais modernos.



Formação Superior em Portugal

Logo após o golpe de estado de 25 de Abril de 1974, não só retornaram muitos portugueses que estavam a residir em Angola, como muitos angolanos escolheram Portugal como destino na procura da estabilidade que Angola deixou de proporcionar.

“O período pós-independência foi muito forte e marcante. Assisti à saída da maior parte dos quadros técnicos e superior que partiram para Portugal” (Doutorado em Relações Interculturais, 50 anos)

“E claro que tenho bem presente os períodos conturbados que passamos até aos dias de hoje. O desmoronamento e agora a reconstrução. Os primeiros tempos pós-independência foram muito conturbados” (Mestre em Ciências Jurídicas, Políticas e Económicas, 60 anos)

Por outro lado, o desmembramento do bloco socialista e a mudança política que se registou no início da década de 1990, conduziu alguns estudantes angolanos que se encontravam nestes países a opção de completarem a sua formação em Portugal

“Depois de Moscovo preferi terminar a minha formação em Portugal” (Mestre em Estudos Africanos, 37 anos)

“Em 1995 decidi abandonar Moscovo e fui para Portugal. Pedi uma transferência da bolsa e fui concluir a licenciatura” (Mestre em estudos Africanos, 38 anos)

Esse fluxo de estudantes angolanos foi intensificado depois do reacender do conflito armado no início da década de 1990 virtude da instabilidade que se estava a viver

“Fomos para Lisboa em 1995. Na altura os amigos que tinha também estavam a partir para Lisboa por causa da guerra.” (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

“Fomos para Lisboa (a entrevistada e os dois irmãos) em 2001 para irmos para a universidade. A qualidade aqui era muito má. Então os meus pais optaram por nos mandar para Lisboa” (Licenciada em Psicologia Organizacional, 27 anos)

A maioria dos jovens ia à procura de segurança e de uma alternativa melhor que passava pela educação.



“Eu escolhi candidatar-me ao curso porque queria continuar a estudar, independentemente do país. E ainda bem que consegui. Estive 5 anos em Portugal que, apesar das dificuldades iniciais posso dizer que foi muito bom” (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos)

“Fui para Portugal já depois da guerra de 1993. A vida em Angola estava muito difícil em todos os níveis. Lembro-me que nesse ano as aulas só começaram em Janeiro e foi várias vezes interrompido por causa de greves e da guerra. Estava a terminar o médio e não teria como frequentar a universidade. Então os meus pais decidiram mandar os filhos para Lisboa” (engenheiro civil, 35 anos)

Portugal recebeu assim nas suas escolas um grande número de jovens angolanos, que partilhavam com os jovens portugueses a sua experiência e o seu conhecimento de Angola, uma ex-colónia que a nova geração praticamente não conhecia.

A escolha de Portugal não foi aleatória. Para além da língua comum, da proximidade dos conteúdos programáticos e de laços históricos que uniam os dois povos, ter família em Portugal foi o factor decisivo. Essa família que já se encontrava a residir em Portugal foi o apoio nos primeiros tempos de quem acabou de chegar de um país geograficamente distante ajudando em questões de procura de alojamento, de escolha de instituições de ensino, de deslocamento, bem como de compreensão dos hábitos portugueses.

“Porque a minha mãe estudou lá, tenho lá família da minha mãe e já conhecia porque ia regularmente para Lisboa. A minha mãe tem lá casa e foi uma hipótese desde logo aceite.” (Licenciada em Cinema e Audiovisual, 24 anos)

“A escolha de Portugal como destino teve muitos pontos a favor: língua, família que já lá estava e que sempre ajudou” (engenheiro civil, 35 anos)

“Quando eu e o meu irmão chegamos a Lisboa o meu pai já tinha tratado das nossas matrículas. Ele fez quase tudo sozinho. Na altura estava lá uma irmã dele que o ajudou a deslocar-se e a dar algumas informações. (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

“O meu irmão já estava em Lisboa e no mesmo instituto e foi ele que me ajudou e aconselhou” (Licenciado em Gestão, 23 anos).



Estes estudantes vieram por via do investimento familiar, particularmente dos pais. Estes enviaram-nos para casa de um familiar até resolverem a questão do alojamento. Na maioria dos casos, entrevistados referem que os progenitores não abandonaram os seus postos de trabalho em Angola e mensalmente era-lhes enviado dinheiro para o pagamento das despesas

“Investimento dos meus pais. O meu pai foi a nossa entidade financiadora, foi o pilar desde sempre. Sem ele não chegaria onde cheguei. Ele fez sempre tudo em favor dos filhos.” (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

“Foram os meus pais que pagaram tudo enquanto estivemos em Portugal. Compraram uma casa lá e todos os meses mandavam dinheiro para pagar as despesas. Nunca tivemos uma bolsa” (Licenciada em Psicologia Organizacional, 27 anos)

“Eu e os meus irmãos nunca tivemos bolsas. Os meus pais sempre suportaram os nossos estudos (Licenciada em Gestão, 22 anos)

Os estudantes que partiam para Portugal, nomeadamente aqueles que o faziam por conta do investimento familiar, foi-lhes inculcada a ideia de “missão”, pelo que, após o término da formação, teriam que regressar a Angola. Daí que em todas as entrevistas realizadas, todos os entrevistados afirmaram que era intenção regressar a Angola assim que terminassem a sua formação:

“O objectivo era acabar o curso e regressar” (Licenciada em Psicologia Organizacional, 27 anos)

“O objectivo sempre foi de regressar a Angola depois de concluída a formação” (engenheiro civil, 35 anos)

Nunca pensei em ficar em Portugal. O objectivo era de regressar a Angola depois de acabar a formação. “O meu irmão já estava em Lisboa e no mesmo instituto e foi ele que me ajudou e aconselhou” (Licenciado em Gestão, 23 anos).

Posição partilha por aqueles que partiram com uma bolsa de estudos

“Os planos apontavam para o regresso depois de terminar a formação. Nunca sequer pensei em ficar em Portugal para trabalhar. Nem em Portugal nem em lado nenhum. Isso esteve sempre fora de questão. Eu acredito que é em Angola que tenho que estar e dar o



meu contributo para a reconstrução do nosso país.” (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos)

“O objectivo sempre foi de terminar e regressar. E assim que terminei regressar. Não podia ser de outra forma pois estava com bolsa de uma instituição que queria ter o retorno do seu investimento”. (Mestre em Ciências Jurídicas, Políticas e Económicas, 60 anos)

Durante a permanência em Portugal os estudantes passaram por um processo de adaptação à uma nova cultura e sociedade, a criação de laços de amizade. Esse processo, revelou-se, segundo os entrevistados, como “muito difícil no início”

“No princípio foi difícil. A parte pior foi a adaptação ao frio e a cultura portuguesa. Ainda hoje não se identifica com os portugueses e a cultura portuguesa” (Licenciada em Psicologia Organizacional, 27 anos)

“A adaptação foi horrível em todos os níveis. O clima, as pessoas... Em Angola as pessoas são mais acolhedoras e afáveis. Pensei muitas vezes em voltar mas aqui as coisas também não estavam boas”. (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

“Nos dois primeiros anos foi muito difícil adaptar-me. Não tive problemas com o frio. A adaptação pessoal, a convivência ríspida no instituto, a frieza das pessoas mas sobretudo as disciplinas que não me eram familiares, como a literatura portuguesa, o estudo do direito, mais regras e legislação. Foi difícil (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos)

O sentimento de racismo aliado às dificuldades linguísticas foram apontados como constrangimentos que dificultaram a adaptação a Portugal

“Institucionalmente não tive problemas relevantes, o normal para renovação do Título de residência. Socialmente foi mais difícil pois senti algum racismo. Os africanos eram vistos como inferiores e as notas nunca podiam ser superiores a dos portugueses. A nota mínima dos portugueses era a nota máxima dos angolanos. A inteligência dos africanos era questionada” (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos)

Terminada a formação o regresso é apontado como o passo seguinte. Alguns adaptaram-se a Portugal preferiam lá continuar



“Não queria regressar. Gosto de Portugal, da minha vida lá. MAS como não tinha emprego e por causa do visto de estudante caducado não podia continuar lá” (Licenciada em Gestão, 22 anos)

Ou então hesitam em regressar

Considerarei a hipótese de não regressar já a Angola. Queria regressar mas também queria primeiro ganhar mais experiência no mercado de trabalho (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

Mas no geral, o desejo de regressar, as expectativas criadas e o sonho de realização de vários projectos pessoais e laborais, fez com que, de regresso a Angola, entrassem em “conflito” com a realidade encontrada e se sentissem, numa fase inicial, frustrados, pois as suas expectativas tinham sido goradas.

“A adaptação a Angola no regresso foi horrível. As coisas mudaram, as pessoas mudaram. Em Angola impera uma falta de educação muito elevada. As pessoas sobrevivem, não vivem.” (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos)

“Claro que criamos todos muitas expectativas. Sabíamos que éramos o primeiro grupo de licenciados em ciências policiais, os primeiros quadros com formação superior na área policial, logo, contávamos ser bem enquadrados pelo ministério do interior de Angola. Mas não foi isso que aconteceu. As expectativas foram frustradas” (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos).

Os entrevistados fazem parte de um pequeno grupo de angolanos que frequentaram o ensino superior, com a mais valia de o terem feito no exterior, num país europeu e que faz parte da União Europeia, logo, com algum grau de exigência e de qualidade, situação que por si mesma se apresenta muito favorável à sua ingressão posterior no mercado de trabalho angolano.

“Assim que acabei o curso tive logo propostas de emprego em Angola. E regressei e cá estou eu. Não acredito que Portugal esteja atrás de outros países a nível da educação superior e em muitos casos verifica-se o contrário, Portugal é melhor. Comparam-se países e não universidades e isso não quer dizer nada. É preciso saber comparar.” (Licenciado em Gestão, 23 anos).



“Depois do curso claro que ocupei sempre lugares de destaque. Já não era o simples servente das obras em Lisboa. Passei a ser responsável pelas obras. A responsabilidade aumentou” (engenheiro civil, 35 anos)

A formação superior tem permitido a estes ex-estudantes ocuparem lugares de destaque em empresas e entidades públicas. Todos os entrevistados estão a desempenhar funções nas áreas da sua formação e afirmam ter boas perspectivas de futuro. No entanto, essa é uma condição privilegiada em Angola e, quando questionados sobre esse privilégio, sobre o facto de constituírem uma elite em Angola, as respostas foram negativas

“Claro que não. Eu tenho carro, casa própria, vivo do meu ordenado, mas não tenho dinheiro, logo, não sou elite. Não uso e abuso das pessoas, não humilho ninguém e não faço festas milionárias. Sou pobre.” (Licenciado em Ciências Policiais, 38 anos).

“Não considero que Angola tenha uma elite. Para mim a elite são as pessoas destaque e aqui está tudo concentrado na mesma pessoa, o presidente da república. Não há igualdade, não há democracia e nem liberdade de expressão. Também há uma questão racial. Os mulatos em Angola têm todos lugares de destaque” (Licenciada em Gestão, 22 anos)

Reconhecem que a formação superior realizada no exterior “abre portas” e dá-lhes oportunidades que não teriam se tivessem feito o ensino superior em Angola, que lhes dá uma estabilidade laboral e lhes permite ter melhores perspectivas de uma futura ascensão social. Contudo, apesar de sentirem que adquirem capital social e simbólico com valor no mercado laboral, distinguem esse facto de fazerem parte da elite angolana porque,

“A elite angolana são aqueles que conseguiram açambarcar o estado, conseguiram bens, riqueza ilícita. Não conquistaram por mérito próprio. Não investiram e não têm grau de formação. Só têm dinheiro. Que elite é essa? Não têm sequer valores” (Licenciado em Relações Internacionais, 50 anos, funcionário público)

A própria palavra “elite” cria nos entrevistados uma necessidade de diferenciação dos governantes, quer seja no plano político, quer económico.

“ Não dependo dos favores de ninguém. Sou o que sou graças a minha formação superior e ela é a minha arma. Tenho uma boa preparação.” (Mestre em estudos Africanos, 38 anos)



Embora façam questão de se distanciar dessa representação de elite, alguns reconhecem que o relacionamento com a mesma torna-se inevitável pois trata-se de um grupo que concentra o poder económico num círculo muito fechado, e de quem dependem no momento de ingressarem no mercado de trabalho.

“A formação só por si não nos abre portas. Tem que saber como é que o currículo chegou a empresa e entra primeiro quem tem maior influência. A cunha passa sempre a frente”
(Licenciada em Psicologia Organizacional, 27 anos)

Se por um lado os entrevistados mais “velhos” (G1) se resignam perante essa situação de reserva dos lugares de topo às elites políticas, os mais novos (G2) são mais críticos e tentam manter o discurso da ética que faz parte da sua educação e posterior formação no exterior. Daí resulta um conflito ideológico entre duas gerações que têm experiências de vida diferentes. A G2 deposita a esperança na sua formação, que afirmam ser o seu instrumento de trabalho numa sociedade que consideram ser cada vez mais consumista e desprovida de valores. A G3, refém do consumismo e dos bens materiais não é tão crítica e apenas verbaliza o desejo de ascensão social que passa pela construção de uma carreira profissional.

“A elite tem mordomias, tem voz. Eu não tenho voz. Dou o meu modesto contributo, ensinando para que cada um pense pela sua cabeça, mas anda mais. Dou aulas a jovens que serão os futuros governantes e trabalhadores deste país.” (Mestre em Ciências Jurídicas, Políticas e Económicas, 60 anos– G1)

“A formação adquirida em Portugal é a minha base de trabalho. Se não tivesse essa formação não teria perspectivas de vida.” (Licenciada em Gestão e Marketing, 35 anos – G2)

“Os novos-ricos, donos de jipes e casas nos condomínios. Quando ficamos a saber das coisas já não dá para nós. Mas Se já aguentamos uma guerra e ela acabou porque não vamos aguentar a fase pós-guerra? Já estivemos bem pior” (Socióloga, 20 anos,– G3)

A G1 não esquece as dificuldades que enfrentaram no tempo colonial e no período pós-independência e transmitem aos seus filhos o valor que tem o acesso à educação e à formação superior



“Eu e os meus irmãos começamos a estudar graças às missões, no nosso caso às missões católicas. Depois fui parar ao seminário por falta de condições dos meus pais. Sai do seminário em 1971. O meu primeiro emprego foi na SNECI (Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria). Depois da Independência já tinha o 7º ano do Liceu. Depois da independência estive que esperar que abrisse o ensino superior porque nos primeiros anos não havia anda. Só em 1979 abriu a Faculdade de Direito e então recomecei a estudar. No entanto não foi fácil porque havia muitas dificuldades e dentro da estrutura do partido não havia entendimento.” (Mestre em Ciências Jurídicas, Políticas e Económicas, 60 anos – G1)

Por outro lado, a G2, que nos anos 1990 e início de 2000 partiu para o exterior através do investimento dos pais, não deixa de valorizar a educação que lhes foi transmitida, bem como o sacrifício que os pais fizeram para que tivessem acesso a uma formação melhor.

“Os meus pais só aprenderam a ler e a escrever depois de adultos e sempre insistiram connosco da importância dos estudos. Era uma condição vital. Todo o investimento dos meus pais foi na educação dos filhos. Muitas vezes levei com o chicote porque a minha mãe fazia questão de ter formação. O que sou hoje devo à minha mãe.” (Mestre em estudos Africanos, 38 anos)

“O meu pai foi sempre muito exigente com a escola. Não podíamos sequer pensar em faltar às aulas. A coisa mais importante era estudar para ter um futuro melhor” (engenheiro civil, 35 anos)

A geração mais jovem (G3), que nos últimos anos tem partido para fora do país, tem na memória os conselhos dos pais e avós para que invistam na sua formação bem como idêntica “ajuda” de amigos e outros familiares que já fizeram o mesmo percurso, e que na altura de optarem pelo destino auxiliaram na decisão.

Temos que estudar para termos um bom emprego. Os pais têm empregos mal remunerados por falta de qualificação escolar e hoje em dia quem não tem curso superior não tem emprego. Não quero vender na praça ou esperar o marido trazer o dinheiro para comer o jantar” (Arquiteta, 23 anos)



Formação Superior no Brasil

O relacionamento entre Angola e o Brasil tem conhecido novos desenvolvimentos nos últimos anos, sugerindo uma reaproximação entre os dois países. Tendo em comum não somente a mesma língua, que facilita as relações internacionais, a herança histórica e cultural tem fortalecido os laços entre Angola e Brasil, que se traduzem no número de acordos de cooperação que têm sido celebrados, bem como parcerias e investimentos, colocando o Brasil na lista de um dos maiores parceiros de Angola.

No plano educativo, tomando como análise a educação superior “os exilados brasileiros constituíram, depois de 1974, um contingente nada desprezível da oferta de professores e de reposição de quadros da administração das ex-colônias de língua portuguesa” (Almeida et. al., 2004:245). Por outro lado, o Brasil recebeu nas suas instituições de ensino superior estudantes angolanos desde a independência de Angola,

“ Em 1984 fui para o Brasil por causa do ensino a distância. Fui com uma bolsa de estudos do INABE. Na altura havia muitas bolsas porque havia uma grande preocupação com a formação de professores e uma grande dificuldade que existia de elevação do nível académico e profissional dos professores” (Doutorado em Relações Interculturais, 50 anos)

De acordo com dados do INABE⁵ actualmente o Brasil é o quarto país do mundo com mais estudantes bolseiros daquela instituição, com 158 estudantes dos quais 30 foram enviados no ano lectivo de 2010. No entanto, o Brasil está a frente de Portugal, que aparece em quinto lugar, com 148 bolseiros. Destacando-se Cuba com 728 bolseiros, a Rússia com 312 bolseiros e a Argélia com 245 bolseiros.

A importância crescente do interesse da formação superior no Brasil é igualmente motivada pelos protocolos de colaboração que têm sido celebrados entre os dois países, no âmbito do PEC-G e do PEC-PG

5.1 O Programa Estudante Convénio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante Convénio de Pós-Graduação (PEC-PG)

O programa de estudantes Convénio de Graduação (PEC-G) “constitui um dos instrumentos de cooperação educacional, que o governo brasileiro oferece a outros

⁵ INABE – Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (Angola)



países em desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina” (Manual do PEC-G 2000: 6)⁶ tendo como objectivo a formação e qualificação de recursos humanos desses países.

Este convénio, iniciado nos anos vinte do século XX, é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria do Ensino Superior (SESu) e pelas Instituições de Ensino Superior (IES), com a participação das missões diplomáticas e consulares.

Segundo o Manual do PEC-G, em vigor desde 2000, o estudante deverá reunir determinados requisitos para se poder candidatar, tais como a faixa etária (18-23 anos completos) e outros documentos comprovativos da sua situação (documentação pessoal e documentação escolar) ficando garantido os seguintes direitos:

- Isenção de propinas
- Isenção de realização de exame de ingresso na IES
- Reconhecimento do diploma no seu país de origem
- Visto temporário e carteira de identidade, renovados anualmente
- Assistência médica, farmacêutica e odontológica

No entanto, o estudante também tem deveres a cumprir, ficando limitado o seu envolvimento em manifestações de cunho político, a impossibilidade de exercer qualquer actividade remunerada, dedicando-se somente ao estudo e comprometendo-se com o retorno ao país de origem no máximo três meses após a conclusão do curso⁷.

No entanto, coloca-se a questão do benefício deste convénio uma vez que o encargo financeiro é da responsabilidade dos estudantes, que assinam um comprovativo atestando a sua capacidade económica para se manter no Brasil (alojamento, alimentação, vestuário, transporte, passagem de avião, compra de material escolar).

No ano de 2010 o PEC-G dispunha de 2600 vagas, foram apresentadas 1013 candidaturas e apenas seleccionados 498 candidatos, dos quais 41 eram angolanos. Para o ano de 2011, foram seleccionados 83 angolanos para a frequência da

⁶ O Manual do PEC-G está disponível na página oficial do Ministério da Educação (MEC) do Brasil no endereço www.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CelpeBras/manualpec-g.pdf

⁷ O Estudante-Convénio só recebe o seu diploma na embaixada brasileira sediada no seu país de origem e somente o próprio pode levantar o documento e assinar o término do seu processo.



licenciatura, destacando-se os cursos de medicina, gestão, economia, comunicação social e direito como os mais procurados pelos estudantes⁸.

O Programa Estudante Convênio de Pós Graduação (PEC-PG) confere um grau de especialização pelo mestrado ou pelo doutoramento e é coordenado pelo “Ministério das Relações Exteriores, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)” (Manual do PEC-PG 2010: 3)⁹.

O PEC-PG apresenta diferenças consideráveis em relação ao PEC-G, começando pelo facto de ser coordenado pelo MRE, sem a participação do MEC. Nesta fase, o aluno já é visto como um profissional, sendo a comprovação de vínculo laboral no seu país de origem um dos critérios de selecção. Também aqui os alunos beneficiam de isenção do pagamento das propinas, assistência médica, odontológica e farmacêutica e usufruem ainda dos seguintes benefícios:

- Passagem aérea do seu país de origem para o Brasil e seu posterior retorno

- Bolsa de estudos até 24 meses para o curso de mestrado e de até 48 meses para o de doutoramento, sem possibilidade de renovação

- Orientação académica por parte das coordenações de pós-graduação

No entanto, os alunos que foram abrangidos pelo PEC-G e que desejem realizar o mestrado ou o doutoramento, só se podem candidatar através do PEC-PG dois anos depois do término da sua licenciatura e de terem regressado ao país de origem e exercido uma actividade profissional no âmbito da sua formação.

Para o ano de 2010 o PEC-G recebeu foram 450 candidaturas mas apenas 188 foram seleccionadas (96 com bolsas de mestrado e 92 com bolsas de doutoramento). Para o ano de 2011, foram aprovadas 215 candidaturas, das quais 8 são angolanos, 4 candidatos para a frequência do mestrado e 4 candidatos para a frequência do doutoramento.¹⁰

Pelos dados apresentados, constatamos que existe um diferencial entre as candidaturas para a licenciatura em relação às candidaturas para a pós-graduação. Uma justificação para esse facto foi-nos facultada pela Responsável pelo Departamento

⁸ Dados disponíveis no endereço electrónico do Ministério das Relações Exteriores – www.mre.gov.br (acedido a 02/02/2011)

⁹ www.mre.gov.pt (acedido a 02/02/2011)

¹⁰ Os dados aqui apresentados estão disponíveis no sítio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (www.mre.gov.br) e do Ministério da educação (www.mec.gov.br).



Educacional do Consulado do Brasil em Luanda, que apontou a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e investimento na carreira e posteriormente a constituição de família, como a razão principal da falta de candidatos, condicionantes não permitem o afastamento prolongado de Angola por parte dos interessados.

A Permanência no Brasil

Não foi possível obter um número oficial dos estudantes que se encontram no Brasil por conta própria. De acordo com informações prestadas pelos entrevistados, estes são em número muito elevado.

Dada a procura crescente deste nível de ensino no Brasil por parte de estudantes angolanos, procuramos avaliar as razões desse aumento. De acordo com os entrevistados, o principal motivo que leva os estudantes a escolherem o Brasil prende-se com a questão da língua, que facilita a integração na sociedade brasileira

“A língua é a mesma. Facilita quando queres tratar de alguma coisa e ainda por cima não temos que perder um ano para aprendermos a língua” (Arquiteta, 23 anos)

“É muito mais fácil ir para um país que fala a mesma língua que tu, em que as pessoas não te vêm como um estranho porque no Brasil também tem muitos negros” (Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, 33 anos)

Se a língua materna, neste caso a língua portuguesa, serve de factor de decisão, tentamos aferir o porquê da escolha não ter recaído para Portugal, uma vez que também tem a mesma língua. De acordo com os nossos entrevistados, a escolha do Brasil em detrimento de Portugal, como destino dos estudantes angolanos prende-se com razões sobretudo económicas. Uma vez que o investimento é feito pelas famílias, todos os factores são tidos em conta de modo a conseguirem suportar as despesas com a manutenção dos estudantes no exterior. Os entrevistados apontam o aumento do custo de vida em Portugal desde a adesão à moeda europeia, o euro, factor agravado com a desvalorização do dólar¹¹.

¹¹ Desde a adesão à moeda europeia e à sua forte permanência nos mercados, em detrimento da moeda americana, muitos angolanos têm optado por outros destinos onde a troca cambial seja mais favorável. Isso deve-se ao facto da economia angolana estar sustentada no petróleo e, como tal, ter como moeda internacional de referência a moeda americana (dólar).



Brasil é mais barato e apoiam muito os estudantes. Agora somos 7 irmãos e a minha mãe conseguiu mandar-nos todos para o Brasil e todos os meses mandava o dinheiro para todos e só mandava o dinheiro do aluguer da nossa casa do Alvalade e ela ficava com o ordenado dela para viver em Luanda. Se tivéssemos ido para Portugal não dava para todos, acho que nem para metade, nem mesmo com a ajuda da família que está lá. Sei que altura fizemos as contas e não dava. (Administração, 27 anos)

“Claro que gostaríamos de ter ido para Portugal. Temos lá família e assim não estávamos sozinhas, mas o dinheiro não dava. E depois nem dava para vir de férias visitar a família nque tinha ficado em Luanda. Já fui de férias a Portugal e quando troquei dinheiro para o euro é que me dei conta que o dólar já não dava muito” (Psicóloga, 23 anos)

Outros dos aspectos salientados pelos entrevistados está relacionada com a cultura e abertura da sociedade brasileira, muito mais próxima da identidade angolana uma vez que a presença de traços da cultura africana é muito mais forte no Brasil do que em Portugal

“ Outra coisa que nos fez querer ir para o Brasil é que lá há muitos negros. Mais facilmente vêes um negro brasileiro do que um negro português. As músicas são mais mexidas e não sentes tanta diferença, mas em Portugal é diferente. Parece que as pessoas estão chateadas contigo, nem te dizem bom dia” (Socióloga, 23 anos)

“Nós já conhecíamos o Brasil porque o tínhamos lá o nosso pai e íamos de férias. Também já tinha ido duas vezes a Lisboa de férias e não gostei. Acho a cultura Brasileira mais parecida com a africana, desde a música, a comida, a maneira de ser. A adaptação não foi difícil” (Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, 33 anos)

Um dos factores de aproximação apontado pelos entrevistados foi o papel desempenhado pelos meios de comunicação brasileiros, nomeadamente a Globo Internacional¹², como meio de divulgação da sua cultura, o que facilita a integração na sociedade brasileira.

¹² Globo Internacional – Rede de televisão brasileira cuja programação é assumida em 90% pela sua produção nacional. A maioria das suas telenovelas exportam para o exterior a publicidade de São Paulo e Rio de Janeiro, influenciando assim as opções dos estudantes para esses estados do Brasil. Por outro lado, Fonseca (2009: 28) afirma que o maior número de estudantes angolanos se concentra nesses dois estados pois tratam-se de “grandes centros urbanos, tecnológicos, científicos e culturais do Brasil”.



“Tínhamos a sensação que já conhecíamos o país pelas telenovelas. A curiosidade de conhecer aquilo que víamos na televisão era muito grande.” (Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, 33 anos)

“Sempre gostei muito da telenovelas brasileiras e achava sempre que o Brasil era um país lindo e que gostaria de ir lá conhecer aquelas paisagens que víamos na televisão. Depois quando tivemos parabólica eu só assistia a globo internacional. Claro que queria ir estudar para lá, ver aquilo com os meus olhos” (Licenciada em comunicação, 30 anos)

Outro factor importante apontado pelos estudantes está relacionado com os assuntos institucionais, tais como obtenção do visto de entrada no Brasil e fixação de residência como estudante. De acordo com os serviços consulares da República Federativa do Brasil em Luanda, para obtenção do visto de entrada o requerente só tem que reunir a documentação exigida e comparecer dentro do horário de funcionamento dos serviços, de segunda a sexta-feira. Os serviços consulares não têm dias fixos para o efeito e nem número limite de vistos, atendendo todas as pessoas que recorrem ao serviço. Posteriormente, chegados ao Brasil e, ao abrigo dos acordos de cooperação entre os dois países, o estudante facilmente obtém o visto de estudante, bastando para o efeito dirigir-se as repartições públicas competentes.

Em qualquer processo migratório, ainda que temporário, como é o caso da migração estudantil, é normal que se criem laços e se estabeleçam redes de entreajuda, haja uma assimilação da cultura local onde estão inseridos, ocorra um processo de adaptação que, ao fim de alguns anos, e sentindo-se integrados, manifestem o desejo de fixação de residência. Estes laços, que acabam por ajudar a permanência do estudante no exterior, revelam-se de extrema importância uma vez que auxiliam o estudante em momentos mais difíceis tais como as saudades da família, da terra, da sua casa, dos seus amigos, na resolução de simples problemas como o alojamento, a constrangimentos de maior dimensão, como por exemplo tratar da documentação para obtenção do título de residência. Porém, a maioria dos estudantes afirmou não ter criado laços no Brasil. Partiram com o objectivo de fazerem a sua formação e posteriormente regressarem a Angola. Igualmente, não fazem planos de regressarem ao Brasil de férias ou lazer.



“Não. Quando cheguei ao Brasil é que vi que as coisas não eram assim tão fáceis. Tive dificuldade em me relacionar com as pessoas e claro que só me dava com angolanos. Falava muito com os meus colegas da universidade mas a maioria dos amigos eram angolanos e quase todos já regressaram. Com os colegas brasileiros não mantive mais contactos. MAS sempre vim de férias e não deu para aprofundar a amizade” (Arquiteta, 23 anos)

Em relação ao retorno ao Brasil para férias ou rever os colegas brasileiros, as respostas foram unânimes. A permanência no Brasil sempre foi vista como temporária, mais um percurso de vida, que lá estiveram durante o tempo de formação e a distância fê-los ver que é em Angola que querem estar, que precisam de regressar e dar o seu contributo para o desenvolvimento do país. Por outro lado, enquanto estudantes, conheceram outros estudantes angolanos e a troca de experiências manteve-os unidos a Angola.

“Não. Isso estava fora de questão. O nosso país é aqui e já está a ficar bom. E se Angola precisa de quadros e se não formos nós a trabalhar quem o fará?” (Administração, 27 anos)

“Não. Fomos para estudar e não para ficar lá. Aqui é a nossa terra e sem a família e a nossa terra não somos nada” (Socióloga, 23 anos)

“Ficar no Brasil? a fazer o quê? eu quero é ficar aqui com a minha família. Mesmo a vivermos todos na casa da minha avó, sem ter um quarto meu, com essa confusão toda, com a nossa miséria, é aqui que eu quero ficar. Acredita que até do nosso trânsito tive saudades. Ir ao Brasil foi bom mas melhor ainda foi ter regressado” (Psicóloga, 23 anos)

Por se tratar de um grupo constituído na sua maioria por indivíduos muito jovens quisemos saber quais são as suas perspectivas profissionais e se o facto de terem realizado a sua formação no Brasil lhes tem trazido algumas vantagens, pelo que as respostas foram:

“Se não fossemos para o Brasil provavelmente não teríamos feito o curso superior. Aqui em Angola seria muito difícil e não teríamos perspectivas de vida. (Administração, 27 anos)

“Neste momento estou a trabalhar na minha área e tenho um bom salário. Também tenho perspectivas de subir e quero ir mais longe e sei que tenho competências para isso. E se não tivesse ido para o Brasil não estaria nessa condição. Estaria mais limitado.” (Licenciado em Gestão de Recursos Humanos, 33 anos)



“Não foi fácil arranjar emprego, mas agora que consegui tenho muitas perspectivas que sei que se não tivesse ido para o Brasil não teria. Aqui a educação ainda está muito má. Nota-se bem a diferença entre um quadro formado aqui e um quadro formado lá fora. Não foi fácil estar longe da família, mas valeu a pena” (Licenciada em comunicação, 30 anos)

O modo como os estudantes partem para o Brasil (PEC-G, conta própria ou pela FESA) também condiciona a sua vivência no país de acolhimento, registando-se testemunhos de modos de vida diferentes. Em relação àqueles que partiram por investimento familiar, todos eles estudantes em universidades privadas, o discurso apresenta um desejo de retorno a Angola depois de terminada a formação. Consideram a experiência enriquecedora e a formação no exterior uma mais valia, no entanto, nunca pensaram em fixar residência no Brasil, os laços que mantém com brasileiros são efémeros e não ambicionam ir de férias. A ideia de “estadia temporária” nunca é abandonada. Sabem que estão de passagem, têm um objectivo e que uma vez cumprido, procedem ao seu retorno e posterior inserção no mercado de trabalho.

Em relação aos outros casos, apenas uma das entrevistadas tinha partido para o Brasil no âmbito de um protocolo celebrado entre o estado angolano e o estado brasileiro. Trata-se de uma médica que foi para o Brasil com o objectivo de fazer a especialização uma vez que em Angola tal não foi possível por falta de professores e de condições técnicas. A entrevistada afirmou que preferia ter ido para Portugal no entanto

“a minha bolsa era do estado angolano e fui para onde eles me enviaram. Mas o pagamento falhou algumas vezes e tive que recorrer ao meu marido e aos meus irmãos”
(médica, 50 anos)

Apesar de todo o apoio que tem sido prestado pelo Brasil, o facto é que a influência portuguesa na sociedade angolana ainda é muito forte, dificultando o trabalho das instituições brasileiras. De facto, a maioria dos estudantes afirmou ter partido para o Brasil por ser um destino mais económico em relação a Portugal, que ocupa o primeiro lugar na lista de preferência dos estudantes. Vários motivos podem ser apontados para essa preferência, tais como:

- A influência portuguesa uma vez que a independência de Angola ainda é muito recente. Até finais de 1975, toda a administração pública e serviços era controlada por



portugueses, assim como toda a legislação, não tendo sofrido mudanças significativas durante o decorrer do conflito armado.

- No período pós-independência muitos angolanos partiram para Portugal, onde fixaram residência, funcionando como um “apoio” aos familiares que escolhem Portugal para estudar. A possibilidade da família ajudar nos momentos mais difíceis funciona como um factor de decisão.

- Muitos portugueses (ou descendentes) que deixaram Angola por causa da instabilidade que se vivia não quebraram os laços aí criados, ambicionando e esperando pela melhor oportunidade para retornarem, mantendo vivo o contacto entre portugueses e angolanos.

- Portugal também é visto como a porta de entrada para a Europa. Como membro da União Europeia e privilegiado pelas suas relações com os países africanos, os angolanos vêm para Portugal antes de partirem para outros destinos europeus.

No retorno ao país de origem nem sempre se revela positivo, apesar ter sido sempre o objectivo de cada estudante entrevistado. Revelam que a sua ausência do país implicou uma readaptação à sociedade angolana.

“Ter chegado aqui, vindo de fora, com outras ideias, não és bem visto. Dizem-te logo que tens a mania só porque estudaste fora. E claro que nós temos que nos resignar e deixar andar” (Socióloga, 23 anos)

A vivência numa sociedade exterior com realidades diferentes daquelas que encontram nos seus países de origem, as ideias novas que trazem consigo e que nem sempre se adaptam à realidade encontrada, as expectativas criadas e que na maioria das vezes saem frustradas, levam os estudantes a estarem em conflito com eles mesmos.

Classificação das Gerações de Acordo com o Investimento na Educação

G1 – “Mais velhos”

- “Mais velhos”

- Iniciaram os estudos no tempo colonial mas frequentaram o ensino superior já depois da independência



- Fizeram a transição da política colonial para a independência e posteriormente do socialismo para o multipartidarismo
- Realizaram a Licenciatura na Universidade Agostinho Neto
- Funcionário Públicos que partem para o exterior com uma bolsa do estado angolano para completarem a formação
- Não criam muitos laços com os portugueses e quando regressam a Angola raramente retornam a Portugal de férias
- Regressaram para os seus postos de trabalho depois de concluída a formação
- Reconhecem que a formação no exterior permitiu a progressão na carreira
- Não colocam e nunca colocaram a hipótese de irem viver para outro país
- Salientam as dificuldades no seu dia-a-dia de trabalho por falta de condições materiais

G2 – “Jovens”

- Iniciaram a formação escolar em Angola, no tempo do Partido único e partiram para o exterior depois do reacendimento do conflito, em 1992
- Recordam as dificuldades sentidas para estudarem e comparam a situação com a realidade actual
- Partem com o apoio da família, que é o principal investidor na sua formação
- Como partiram muito jovens conseguiram integrar-se na sociedade portuguesa, muitos questionaram o seu regresso e têm dificuldades de integração na sociedade angolana que encontram
- São muito críticos em relação a realidade e ao sistema angolano e ponderam partir para outro país, se a oportunidade surgir
- Numa fase inicial continuam a depender da ajuda da família para arranjar o primeiro emprego e continuam a viver em casa dos pais

G3 - “Mais Jovens”

- Só conhecem a Angola onde “há de tudo, é só preciso ter dinheiro”
- Partem com o objectivo de realizarem a formação superior e regressarem
- Não ponderam partir para outro país



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Os entrevistados pertencentes à G2 e a G3 estão maioritariamente colocados em empresas com boa posição no mercado de trabalho, na sua maioria empresas estrangeiras e afirmam ter boas perspectivas de progressão na carreira, bem como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, ao passo que os entrevistados pertencentes à G1 continuam a desempenhar as suas funções como funcionários públicos e afirmam que a formação no exterior ainda lhes permite o desempenho de funções noutros organismos, como por exemplo, a leccionação de aulas nas universidades.



CONCLUSÃO

A presente investigação, na área da educação e formação superior permitiu aprofundar conhecimentos sobre a formação superior dos angolanos, bem como os motivos que levam um grande número de estudantes angolanos a partirem para o estrangeiro à busca dessa formação.

Com a independência, Angola herdou um sistema educativo socialmente selectivo e um número muito elevado de analfabetos, agravado pelo êxodo da maioria dos recursos humanos qualificados para o exterior.

Os períodos de conflito interno que se seguiram (1976-1991 e 1992-2002) apresentaram-se como inibidores do retorno daqueles que partiram, e o recurso a técnicos estrangeiros ficava muito dispendioso para o país. Por isso, recorreu-se ao envio de jovens angolanos para o estrangeiro para fazerem a sua formação superior. Essa prática, que se estendeu por muitos anos, teve o seu apogeu na década de 1990. Ter um diploma de ensino superior obtido no estrangeiro, tornou-se uma condição cada vez mais essencial para o acesso ao mercado de trabalho qualificado, daí o êxodo estudantil que não foi atenuado com a abertura de novas instituições de ensino superior no país.

Portugal, e mais recentemente o Brasil, têm sido os países de eleição da maioria destes estudantes. É certo que só parte para o exterior quem tem possibilidades financeiras para o efeito uma vez que nos últimos anos essa decisão resulta do investimento da família, que deposita no estudante todas as suas expectativas em relação a retornos sociais e económicos. Os estudantes têm confiança no futuro e almejam a construção de um país melhor para os seus descendentes.

Das entrevistas realizadas em Luanda, podemos concluir que os estudantes consideram o diploma obtido no estrangeiro como uma “mais-valia” que lhes tem possibilitado o acesso a melhores condições laborais e melhores perspectivas de futuro. De realçar que a maioria dos estudantes que parte para o exterior após meados da década de 1990 fá-lo beneficiando de investimento familiar e não de bolsas de estudo. A família passa assim a ser o investidor directo na formação dos seus descendentes.

De um modo geral, podemos caracterizar os entrevistados do seguinte modo:

- Manifestação do desejo de retorno à Angola;



- Valorização do capital escolar. A obtenção de diplomas de nível superior foi considerado um objectivo prioritário pois estes permitem melhores perspectivas de ascensão e reconhecimento social;

- Melhor integração profissional depois de concluída a formação e melhores perspectivas profissionais;

- Valorização do diploma obtido no estrangeiro quer pelo empregador, quer pela sociedade;

- Os entrevistados “mais velhos” manifestaram mais a importância da educação, em particular do ensino superior, percursos que fizeram depois de adultos e no período pós-independência e sentem de igual modo a responsabilidade de retribuição ao estado

- Os entrevistados “mais novos” valorizaram mais o investimento familiar na sua formação e a responsabilidade de retribuição do mesmo à família;

Assim, muito embora o número de entrevistas não seja suficiente para fazer generalizações, o facto é que a maioria dos estudantes se mostra optimista em relação ao seu futuro profissional e em relação ao futuro de Angola.

A investigação, ainda em curso, permitiu igualmente constatar a importância da educação e formação para as famílias angolanas, que canalizam todo o seu rendimento na educação dos seus filhos. De facto, é a família que elabora estratégias económicas para conseguir suportar a formação dos seus descendentes fora do país e que apoia em todos os momentos, desde a partida, a permanência no exterior e o posterior regresso e readaptação a Angola.



» **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina



BIBLIOGRAFIA

- Ávila de Azevedo, R. (1945) *O Problema Escolar de Angola*, Luanda, Edições Cada da Metrópole
- Bott, E. (1971) *Família e Rede Social*, Rio de Janeiro, Livraria, Francisco Alves Editora
- Campenhoudt, L. & Quivi, R. (2003) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- Colóquios Sobre o Brasil* (1967), Lisboa, Junta de investigações do Ultramar
- Correia, V. (2007) *Educação e Desenvolvimento*, Lisboa, Edições Colibri
- Desidério, E. (2005) *Migração e Políticas de Cooperação: Fluxos entre Brasil e África*, IV Encontro Nacional Sobre Migração realizado nos dias 16-18 de Novembro de 2005, Rio de Janeiro, (Acedido Online dia 16/11/2010)
- Fausto, B. (1994) *História do Brasil*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo
- Ferreira, R. (2004) A Força de um Passado Comum: Relações Brasil-PALOP, Janus – Espaço Online de Relações Exteriores, Disponível em :<<http://www.janusonline.pt>> (Acedido 17/11/2010)
- Ghiglione, M. B (1992) *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora
- Goode, W. J. (1970) *A Família*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora
- Guedes, A. P. (1911) *Plano Geral de Remodelação do ensino nas Províncias Ultramarinas*, Porto, Pypographica a Vapor da Empresa Guedes
- Guimarães, J. M. (2006) *A Política “Educativa” do Colonialismo Português em África: da I República ao Estado Novo (1910-1974)*, Lisboa, **Projeções**
- Heimer, F. (1990) *Educação e Desenvolvimento em África: O Papel Problemático das Teorias*, Lisboa, Revista Internacional de Estudos Africanos, Nº 12 e 13, PP 253-261
- Henderson, L. W. (1990) *A Igreja em Angola*, Lisboa, Editora Além-mar
- Kajibanga, V. (2000) *Ensino Superior e Dimensão Cultural de Desenvolvimento*, Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
- Lalanda, P. (1998) *Sobre a Metodologia Qualitativa na Pesquisa Sociológica*, Lisboa, *Análise Social*, Volume XXXIII, PP 871-883
- Lara, L. (1999) *Documentos e Comentários para a História do MPLA (até Fevereiro de 1961)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- Madeira, A. I. (2006) *Estudos Comparados em História da Educação Colonial: Algumas Considerações Sobre a Comparação no Espaço da Língua Portuguesa*, Sísifo, Revista de Ciências da Educação, Nº1, Lisboa
- Madureira, A. (1988) *A Colonização Portuguesa em África (1890 – 1910)*, Lisboa, Livros Horizonte
- Mateus, D. C. (1999) *A Luta Pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito



- O Ensino no Ultramar* (1966), Lisboa, Agência Geral do Ultramar
- Pautasso, D. (2010) *A África no Comércio Internacional do Grupo BRIC*, Meridiano 47, Nº 120, Volume 11, PP 54-59 (Acedido Online dia 13/11/2010)
- Ribeiro, C. O. (2007) *Política Africana do Governo Lula: Um Ponto de Inflexão e (Reflexão)*, Meridiano 47, Nº83, PP 9-11 (Acedido Online dia 13/11/2010)
- Roberts, B. (1994) *Informal Economy and Family Strategies*, in International Journal of Urban and Regional Research, pp. 6 – 23
- Rocha, E. (2009) *Angola: Contribuição à Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, Período de 1950-1965 (Testemunho e Estudo Documental)*, Lisboa, Dinalivro
- Rodrigues, C. U. (2003), *O Trabalho Dignifica o Homem: Estratégias de Sobrevivência em Luanda*, Lisboa, Colibri
- Santos, A. R. (1990), *Crise do Desenvolvimento e Crise da Educação: O Caso Africano*, Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, PP 355-364
- Santos, M. (1970) *História do Ensino em Angola*, Angola, Edição dos Serviços de Educação
- Saraiva, J. F. S. (2008) *A África na Ordem Internacional do Século XXI: Mudanças Epidérmicas ou Ensaio de Autonomia Decisória?* Revista Brasileira de Políticas Internacionais, 51 (1) PP 87-104 (Consultado Online dia 16/11/2010)
- Saraiva, J. F. S. (2002) *Política Exterior do Governo Lula: O Desafio Africano*, Revista Brasileira de Políticas Internacionais, 45 (2), PP 2-25 (Consultado Online dia 16/11/2010)
- Segalen, M. (1999) *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar
- Smith, J., & Wallerstein, I. (1992) *Creating and Transforming Households: The Constraints of the World Economy*, Cambridge, Cambridge University Press
- Soares, A. C. (2004) *Universidade em Angola: A Sua Criação em 1962*, Lisboa, Episteme, Ano V, Nº 13-14
- Zau, F. (2009) *Educação em Angola: Novos Trilhos Para o Desenvolvimento*, Luanda, Movilivros
- Manual do PEC-G e PEC-PG - <http://www.dce.mre.gov.br/> (Acedido no dia 16/11/2010)
- Livro do Finalista 2007/2008 (2008), Luanda, Universidade Agostinho Neto
- Histórico do Ministério da Educação de Angola, disponível no endereço www.med.gov.ao (acedido a 10/02/2011)
- Relatório Vagas e Inscrições no Ensino Superior 2000-2001 a 2008-2009, Disponível no endereço www.gpeari.mctes.pt (acedido a 10/02/2011).
- Relatório Ciência, Tecnologia e Ensino Superior: Cooperação Entre Portugal e a CPLP” Disponível no endereço www.gpeari.mctes.pt (acedido a 10/02/2011)